



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER CLJR-105/2015, de 07 de dezembro de 2015.

Exmo. Sr.

Vereador Samuel Gazolla Lima

Presidente da Câmara Municipal de Ubá

Nesta.

1ª votação nominal
Aprovado por: unanimidade

Em 24/12/15

Vereador - Samuel Gazolla Lima
PRESIDENTE DA CÂMARA

1ª votação nominal
Aprovado por: unanimidade

Em 24/12/15

REF.: Projeto de Lei Complementar nº 010/15

Acrescenta dispositivo na Lei Complementar Municipal 062, de 27 de dezembro de 2001".

PARECER
Vereador Samuel Gazolla Lima
PRESIDENTE DA CÂMARA

Senhor Presidente:

Exmo. Sr.

Vereador Samuel Gazolla Lima

Presidente da Câmara Municipal de Ubá

Nesta.

1º) Através da Mensagem nº 053, de 7 de dezembro de 2015, o Senhor Prefeito de Ubá encaminha para tramitação e votação nesta Casa o Projeto de Lei Complementar em referência que "Acrescenta dispositivo na Lei Complementar Municipal 062, de 27 de dezembro de 2001".

2º) O Projeto em tela, acrescenta ao Código de Receitas de Ubá as Taxas de Autorização Ambiental de Funcionamento e de Análise de Processo, visando à Intervenção em Área de Preservação Permanente – APP e regularização antrópica em APP. Tais serviços atualmente se encontram afetos ao Poder de Polícia da Administração Pública Estadual, sendo facultado aos Municípios assumir esse processo de licenciamento, consoante inteligência da Lei Complementar Federal 140/2011. Assumindo essa atribuição, o Poder Público poderá dar uma resposta mais rápida à questão, seja por intermédio do licenciamento ambiental e também da fiscalização.

5º) A matéria se enquadra na legislação vigente.

Assim sendo, somos de Parecer favorável à aprovação da presente matéria.

É o que nos parece S.M.J.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL:

tramitação e votação nesta
Complementar Municipal

Vereadora Rosângela M. Alfenas de Andrade
Presidente

Vereador Carlos da Silva Rufato
Membro Titular

2º) O Projeto em tela, acrescenta ao Código de Receitas de Ubá as Taxas de Autorização Ambiental de Funcionamento e de Análise de Processo, visando à Intervenção em Área de Preservação Permanente – APP e regularização antrópica em APP. Tais serviços atualmente se encontram afetos ao Poder de Polícia da Administração Pública Estadual, sendo facultado aos Municípios assumir esse processo de licenciamento, consoante inteligência da Lei Complementar Federal 140/2011. Assumindo essa atribuição, o Poder Público poderá dar uma resposta mais rápida à questão, seja por intermédio do licenciamento ambiental e também da fiscalização.

Vereador Celio Botaro
Membro Titular

5º) A matéria se enquadra na legislação vigente.

Assim sendo, somos de Parecer favorável à aprovação da presente matéria.

É o que nos parece S.M.J.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL:

Rua Santa Cruz, Nº. 301, Centro. CEP: 36.500-000

Telefax: (32) 3539-5000.

VISTA AO VENCEDOR
RAFAEL FREITAS
14/12/15